



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

Assunto: Aquisição de Portas para Escolas Municipais - Dispensa de Licitação
Interessado: Departamento Municipal de Licitação

Trata-se de Parecer Jurídico de natureza analítica e avaliativa, elaborado a pedido do Departamento Municipal de Licitação, ora interessado, com o fito de examinar o Processo Administrativo nº 030/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 012/2026, que visa à aquisição de portas para as escolas Cantinho do Saber e Cônego Artur. O presente estudo tem como objetivo identificar os pontos jurídicos relevantes concernentes à justificativa apresentada para a ausência de Estudo Técnico Preliminar e análise de riscos, bem como à fundamentação para a dispensa de licitação, conforme os ditames da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, visando subsidiar a tomada de decisão interna do órgão. A análise recairá sobre a adequação da contratação de pequeno valor, a simplicidade do objeto e a conformidade com os preceitos legais e orçamentários vigentes.

Ementa:

PARECER JURÍDICO, LICITAÇÃO, DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 14.133/2021, CONTRATAÇÃO DE PEQUENO VALOR, TERMO DE REFERÊNCIA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANÁLISE DE RISCOS, ORÇAMENTO PÚBLICO, INTERESSE PÚBLICO.

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo nº 030/2026, instaurado pelo Departamento Municipal de Licitação, visando à aquisição de portas destinadas às escolas Cantinho do Saber e Cônego Artur. A justificativa para a referida contratação reside na premente necessidade de aprimorar a infraestrutura, a segurança e a funcionalidade dos referidos estabelecimentos de ensino, haja vista que as instalações apresentam portas danificadas e obsoletas, em desacordo com as normativas atuais de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

segurança, acessibilidade e higiene, o que, conseqüentemente, compromete o adequado desempenho das atividades educacionais. O objeto da licitação compreende a aquisição de 6 (seis) unidades de folha de porta de madeira lisa semi-oca, com enchimento em colmeia, medindo 210cm x 90cm, e 2 (duas) unidades de folha de porta de madeira lisa semi-oca, com as mesmas características de enchimento e acabamento, porém medindo 210cm x 82cm. Ambas as especificações preveem espessura de 3,5 cm, acabamento lixado, sem pintura, com valores unitários balizadores de R\$ 224,84 e R\$ 220,40, respectivamente.

Conforme consta nos autos, a justificativa para a dispensa do Estudo Técnico Preliminar e da análise de riscos fundamenta-se na baixa complexidade do objeto e na sua natureza simples e padronizada. Tal entendimento encontra amparo no Decreto Municipal nº 100/2025 e na Consulta nº 1102289/TCMG, os quais, em consonância com os artigos 18 e 72 da Lei nº 14.133/2021, conferem à Administração a prerrogativa de dispensar tais estudos em contratações diretas de pequeno vulto. O Termo de Referência, embasado no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, reporta a estimativa de preços balizadores, obtida por meio da NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA (Banco de Preços), que culminou no valor total de R\$ 1.789,84 para a integralidade dos itens a serem adquiridos.

O procedimento administrativo foi devidamente instruído com a classificação orçamentária, a indicação das fontes de recursos e a comprovação de saldos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas, conforme atestado. Ademais, o Despacho da Prefeita Municipal corrobora o cumprimento do disposto no art. 16, caput e incisos I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, atestando que as despesas decorrentes desta solicitação estão devidamente previstas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). A instauração do processo administrativo, por sua vez, fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a dispensa de licitação para contratações cujo valor não exceda R\$ 65.492,11, limite este atualizado pelo Decreto Federal nº 12.807/2025, conforme preconiza o art. 182 da Lei nº 14.133/2021, sendo o valor da presente contratação inferior a tal teto. A escolha do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória, mesmo diante da possibilidade de dispensa, foi motivada pela busca de maior competitividade. O presente parecer foi solicitado por meio do Memorando nº 046/2026, emitido pelo Departamento Municipal de Compras em 05/02/2026.



2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A análise jurídica da presente contratação detém seu foco na conformidade dos procedimentos adotados com a Lei nº 14.133/2021, com especial atenção à dispensa de licitação e à supressão do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da análise de riscos.

Primeiramente, quanto à dispensa de licitação, o valor total da contratação, fixado em R\$ 1.789,84, encontra-se substancialmente abaixo do teto de R\$ 65.492,11, estabelecido pelo art. 182 da Lei nº 14.133/2021, o qual foi atualizado pelo Decreto Federal nº 12.807/2025. Tal atualização, imperativo legal promovido anualmente, legitima a aplicação do regime de dispensa, garantindo a observância dos preceitos normativos. A publicidade dessa atualização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ratifica a transparência do ato administrativo.

Em relação à ausência do ETP e da análise de riscos, a justificativa pautada na menor complexidade e na natureza simples e padronizada do objeto encontra amparo legal no art. 18, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. Este dispositivo, ao prever a dispensabilidade de estudos aprofundados quando as especificações técnicas são de conhecimento geral no mercado e o objeto se qualifica como de uso rotineiro, alinha-se ao entendimento sufragado pelo Decreto Municipal nº 100/2025 e pela Consulta nº 1102289/TCEMG. Tais normativos conferem à Administração Pública margem de discricionariedade para prescindir de ETP e análise de riscos em contratações de pequeno vulto e de natureza simplificada, desde que a documentação apresentada demonstre o interesse público. A adequação das especificações técnicas das portas às normas de segurança, acessibilidade e higiene vigentes, conforme corroborado, atende a essa exigência.

A estimativa de preços, realizada por intermédio da NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA (Banco de Preços), ocorreu em data próxima à instauração do processo administrativo e à elaboração do Termo de Referência, o que assegura a atualidade e a fidedignidade dos valores balizadores, em estrita observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A opção pelo Pregão Eletrônico, modalidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

licitatória escolhida em detrimento da dispensa, embora esta última fosse cabível, revela a busca pela maximização da competitividade, em consonância com o princípio da busca pela proposta mais vantajosa, disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a regularidade fiscal e financeira da contratação está assegurada pela comprovação de dotação orçamentária específica e pela existência de saldos suficientes para cobrir as despesas, em conformidade com o art. 16 da LC 101/2000. Assim, o processo administrativo, desde a formalização da demanda até a justificativa de preços e a consequente autorização, demonstra aderência aos ditames do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A aquisição de portas para as escolas Cantinho do Saber e Cônego Artur, no importe de R\$ 1.789,84, encontra-se em plena consonância com os ditames da Lei nº 14.133/2021. A dispensa de licitação é, portanto, plenamente justificável, haja vista que o valor da contratação se mantém abaixo do teto legal estabelecido no art. 75, inciso II, da referida norma, o qual foi devidamente atualizado.

A ausência do Estudo Técnico Preliminar e da análise de riscos é legitimada pela simplicidade e padronização do objeto, em conformidade com o permissivo do art. 18, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. A opção pela modalidade Pregão Eletrônico, mesmo diante da possibilidade de dispensa, visa primordialmente a maximização da competitividade. A estimativa de preços, aferida com base em consulta a banco de preços atualizado, e a suficiência dos recursos orçamentários comprovam o atendimento aos requisitos do art. 16 da LC 101/2000.

Recomenda-se, assim, a prossecução do procedimento licitatório, assegurando-se a estrita observância de todos os preceitos legais e normativos aplicáveis ao certame.

Eis o nosso parecer, s.m.j.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

Campestre, 06 de fevereiro de 2026

Antônio de Pádua do Lago
Procurador Municipal
OAB/MG 79.615
Matrícula nº 304